

ATA N. 05/2026

Aos 22 dias do mês de maio de 2026, às 11h30min, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Servidor Público do Município de Três Passos – IPSTP, para a realização de reunião ordinária mensal, destinada à análise dos resultados dos investimentos referentes ao mês de abril de 2026, bem como à avaliação do cenário econômico e da composição da carteira de investimentos. Estiveram presentes os membros do Comitê Paulo Roberto Brizolla Rodrigues, Jozemar da Silveira Ravello e Cleomar Jovani Thiesen. Registrando-se a ausência dos membros Ari Roberto Leal Brasileiro.

Inicialmente, procedeu-se à análise dos relatórios de desempenho e rentabilidade elaborados pela empresa Referência Gestão e Risco, bem como do relatório do Sistema de Gestão em Investimentos – SGI e do relatório de conjuntura econômica e financeira referentes ao mês de abril de 2026. Constatou-se que o IPSTP apresentou rentabilidade mensal de 1,11%, correspondente ao montante aproximado de R\$ 1.378.906,35, enquanto a meta atuarial do período, fixada em INPC acrescido de 5,49% ao ano, correspondeu a 1,26%, resultando em atingimento de 88,20% da meta no mês. No acumulado do exercício de 2026, a rentabilidade atingiu 4,5786%, correspondente ao montante aproximado de R\$ 5.431.584,71, superando a meta acumulada de 4,54%, o que representa 100,81% de atingimento da meta atuarial no exercício, demonstrando manutenção do desempenho acumulado acima do objetivo estabelecido para o período.

Na sequência, analisou-se o Relatório Dinâmico da Carteira, verificando-se que o patrimônio do RPPS atingiu o montante aproximado de R\$ 125.452.924,03, mantendo trajetória consistente de crescimento patrimonial ao longo dos últimos meses. Observou-se adequada diversificação entre instituições financeiras e segmentos de aplicação, com predominância de investimentos em renda fixa, especialmente ativos atrelados ao CDI, títulos públicos federais e estratégias indexadas à inflação, além de exposição reduzida e controlada em renda variável e investimentos no exterior. Verificou-se, ainda, que a carteira permanece devidamente enquadrada na Política de Investimentos vigente, na Resolução CMN nº 5.272/2025.

No tocante ao cenário econômico, o Comitê analisou o relatório de conjuntura, verificando que o mês de março de 2026 foi marcado por aumento da volatilidade nos mercados, influenciado por fatores externos, especialmente tensões geopolíticas no Oriente Médio e elevação do preço do petróleo, o que intensificou preocupações inflacionárias globais. No cenário internacional, observou-se postura cautelosa dos principais bancos centrais, com manutenção de juros nos Estados Unidos e na Europa, enquanto a China apresentou sinais de desaceleração econômica. No Brasil, o ambiente econômico foi impactado por pressões inflacionárias, com o IPCA registrando alta de 0,88% no mês e o INPC 0,91%, além da decisão do COPOM de reduzir a taxa Selic para 14,75% ao ano, iniciando de forma gradual o ciclo de flexibilização monetária.

O Comitê destacou que aproximadamente 78,13% da carteira permanece alocada em ativos indexados ao CDI, estratégia que continua demonstrando aderência ao atual cenário econômico, marcado por juros elevados, maior cautela nos mercados financeiros e volatilidade internacional. Também foi observada baixa exposição aos segmentos de maior risco, sendo aproximadamente 85,31% da carteira classificada como de baixo risco, enquanto a exposição à renda variável e investimentos no exterior permanece reduzida e compatível com o perfil conservador do RPPS.

Durante a reunião, os membros analisaram o cenário econômico nacional e internacional apresentado no relatório de conjuntura econômica e financeira, destacando-se a continuidade das tensões geopolíticas no Oriente Médio, a volatilidade dos mercados globais, a manutenção de postura cautelosa pelos principais bancos centrais e o atual processo de flexibilização monetária no Brasil, com redução gradual da taxa Selic para 14,50% ao ano. O Comitê registrou que o atual contexto reforça a importância da manutenção de estratégia prudente, priorizando liquidez, diversificação e controle de riscos.

Os membros também trataram da audiência pública do RPPS realizada no mês de maio de 2026, ocasião em que foram apresentados à comunidade os resultados gerais do Instituto, as práticas de governança corporativa, a avaliação atuarial e os resultados dos investimentos dos recursos previdenciários. O Comitê registrou que a audiência pública representou importante instrumento de transparência, prestação de contas e aproximação entre o RPPS e os segurados, reforçando o compromisso institucional com a gestão responsável dos recursos previdenciários.

No decorrer da reunião, deu-se continuidade às discussões relacionadas à formalização do Regimento Interno do Comitê de Investimentos, reforçando-se a necessidade de consolidação das práticas de governança, gestão de riscos, segregação de funções, formalização das decisões e observância das diretrizes estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022, pela Resolução CMN nº 5.272/2025.

Diante do cenário econômico e dos resultados apresentados, o Comitê deliberou pela manutenção da estratégia de investimentos atualmente adotada, considerando o perfil conservador da carteira, a adequada diversificação dos ativos e o desempenho acumulado superior à meta atuarial no exercício de 2026.

Após análise dos relatórios técnicos, da composição da carteira e do cenário econômico, o Comitê de Investimentos concluiu que a gestão dos recursos do RPPS no mês de abril de 2026 manteve-se adequada, com observância da Política de Investimentos, da Resolução CMN nº 5.272/2025, bem como das demais normas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social, incluindo as diretrizes da Portaria MTP nº 1.467/2022. Verificou-se que, embora a meta atuarial não tenha sido atingida no mês, o desempenho acumulado no exercício permanece superior ao objetivo estabelecido, demonstrando consistência da estratégia adotada.

PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS AO CONSELHO FISCAL

Após análise dos relatórios técnicos, da composição da carteira e do cenário econômico, o Comitê de Investimentos concluiu que a gestão dos recursos do RPPS no mês de abril de 2026 manteve-se adequada, com observância da Política de Investimentos, da Resolução CMN nº 5.272/2025, bem como das demais normas aplicáveis aos RPPS, incluindo as diretrizes da Portaria MTP nº 1.467/2022. Verificou-se que, embora a meta atuarial não tenha sido atingida no mês de abril de 2026, o desempenho acumulado no exercício permanece superior ao objetivo estabelecido, tendo o RPPS alcançado 100,81% da meta atuarial acumulada em 2026, demonstrando consistência da estratégia adotada, adequação da política de investimentos vigente e manutenção do equilíbrio na condução da carteira de investimentos.

Diante disso, o Comitê emite parecer favorável, recomendando ao Conselho Fiscal o acompanhamento dos resultados apresentados, sem necessidade de alterações na estratégia de alocação neste momento.

Em reunião realizada com a empresa de assessoria de investimentos Referência Gestão & Risco, na presente data, o comitê de investimentos posicionou-se favorável para a realização do estudo de Asset and Liability Management-ALM nos fundos de investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Três Passos. Além disso, fica autorizado, por este comitê a aplicação no Fundo de Investimento BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Três passos, 22 de maio de 2026.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Três Passos

Instituto da Previdência do Servidor Público
do Município de Três Passos



Paulo Roberto Brizolla Rodrigues
Membro do comitê de investimentos



Jozemar da Silveira Ravanello
Membro do comitê de investimentos

Ari Roberto Leal Braseiro
Membro do comitê de investimentos



Cleomar Jovani Thiesen
Membro do comitê de investimentos (suplente)

ANÁLISE DE FUNDOS

BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA

REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP

CNPJ 63.197.167/0001-04



Especificações:

Gestão: BB Asset Management

Administrador: BB Asset Management

Custodiante: Banco do Brasil

Auditoria: PriceWaterhouseCoopers

Início: 02/02/2026

Benchmark: CDI

Nível de Certificação necessário (Pró-Gestão): sem necessidade de nível mínimo

Objetivo: Obter ganhos de capital alocando seus recursos em títulos públicos federais prefixados e/ou pós-fixados, desde que indexados para CDI/Selic e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

Público-alvo: investidores institucionais

Taxas:

Taxa de administração: 0,20 % a.a.

Taxa de resgate: Não possui

Taxa de performance: Não possui

Informações operacionais:

Depósito inicial: R\$0,00

Movimentação Mínima: R\$0,00

Saldo Mínimo R\$0,00

Disponibilidade dos recursos aplicados: D+0

Disponibilidade dos recursos resgatados: D+0

Classificações:

CVM: Renda Fixa

Anbima: Não classificado

Legal: FIC

Enquadramento 5272/2025: Art.7º, I - Fundos ou ETF 100% TPF

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

O fundo é constituído na forma de Fundo de Investimento Financeiro (FIF), com prazo de duração indeterminado. - Para alcançar seus objetivos, a CLASSE aplicará seus recursos em cotas de classes de fundos de investimento (Classes Investidas ou CIs) que apresentem uma carteira de ativos financeiros com prazo médio superior a 365 dias, composta exclusivamente por títulos públicos federais prefixados e/ou pós fixados, desde que indexados para CDI/Selic e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

A composição da Classe, considerada de forma isolada ou cumulativa em relação ao patrimônio líquido (PL), deverá observar os seguintes parâmetros:

- **Mínimo de 95% e máximo de 100%**

Cotas de classes de fundos de investimento financeiro tipificadas Grupo como Renda Fixa Referenciada DI.

- **Máximo de 5%**

- Depósitos à vista.

- Títulos públicos federais.

- Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

Os demais limites e restrições aplicáveis encontram-se detalhados no regulamento do Fundo.

Participantes:

Administradora, Gestora e Custodiante – **BANCO DO BRASIL S.A / BB Asset Management**

A BB Asset Management (marca comercial da BB Gestão de Recursos DTVM S.A.), fundada em 1986, é uma instituição com personalidade jurídica independente, contando com Conselho de Administração e Conselho Fiscal próprios. Em conformidade com as resoluções vigentes do CMN e da CVM, a gestora utiliza a estrutura de Comitê de Auditoria único do conglomerado Banco do Brasil.

Banco do Brasil — instituição financeira classificada como Segmento 1 (**S1**) pelo Banco Central do Brasil, o que denota o mais elevado grau de porte, relevância sistêmica e rigor regulatório.

Como especialista na gestão de recursos de terceiros, a BB Asset consolida sua posição como líder absoluta da indústria nacional de fundos de investimento. Segundo o ranking da ANBIMA (dezembro/2025), a instituição ultrapassou a marca histórica de R\$ 1,7 trilhão em patrimônio líquido sob gestão.

Rating de Qualidade: A gestora mantém o rating MQ1 (Investment Manager Quality Assessment), a nota máxima atribuída pela agência Moody's Local. Essa avaliação reflete uma capacidade de gestão considerada "Excelente", com processos robustos de investimento, controles de risco e infraestrutura tecnológica.

Certificações: Detentora da certificação internacional ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade) de forma ininterrupta, a BB Asset iniciou em 2025 o processo de transição para os novos requisitos da norma (versão 2026), reafirmando seu compromisso com a melhoria contínua de seus processos.

Presença Internacional: Em 2025, expandiu sua atuação com o lançamento de fundos sob a estrutura UCITS em Luxemburgo, permitindo a distribuição de suas estratégias para investidores globais.

RISCOS

No mundo dos investimentos financeiros, risco é a chance de você não ganhar, no futuro, aquilo que esperava quando se decidiu fazer sua aplicação. Os especialistas avaliam o risco por perspectivas diferentes, e dentre elas, o ativo em questão tem classificação 1 de 5, com os seguintes tipos de risco

- I- **Risco de Juros Pós-fixados (CDI, TMS)**
- II- **Risco de Taxa de Juros**
- III- **Risco de Investimento em Títulos Indexados à Inflação**
- IV- **Risco Proveniente do uso de Derivativos-**
- V- **Risco de Liquidez**

PARECER TÉCNICO

O fundo **BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP** é um FIC de Renda Fixa que busca ganhos de capital através da diversificação dos ativos financeiros que compõem sua carteira

Conta atualmente com 29 cotistas e com um patrimônio líquido em torno de R\$ 161.1 milhões, de acordo com a última posição divulgada em 11/02/2026.

Por se tratar de um fundo recém-lançado, ainda não há informações disponíveis sobre a **composição** dos ativos investidos. Assim, a análise será realizada com base nos dados de rentabilidade já divulgados, no material fornecido pelo Banco do Brasil e no contexto atual do mercado.

Entrando na questão de performance:

Nome	Retorno Desde o início
BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	0,27%
CDI	0,33%

Podemos notar que o fundo apresenta um retorno levemente abaixo do CDI em sua primeira semana de operação, conforme é previsto em sua estratégia. Por se tratar de um ativo que busca acompanhar o CDI é comum que fundos 100% TPF apresentem uma rentabilidade ligeiramente inferior ao indexador, devido aos custos, alocação de caixa e liquidez inicial.

Para outras análises, utilizamos três indicadores, Índice Sharpe Generalizado, Var (95%) e o índice beta, todos sendo considerados a medida desde o início, conforme tabela abaixo:

Nome	Sharpe Generalizado - CDI	Desde o início		Beta - CDI/CDI
		Var 95,0% du	MV 21	
BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	-30,71	0,01%		
CDI		0,17%		1,00

O Índice Sharpe Generalizado como parâmetro de eficiência do retorno adicional sobre o risco tomado pelo gestor, reflete quanto o investimento gera de retorno esperado além da renda que se espera de seu benchmark frente ao atual cenário. No caso encontra-se momentaneamente negativo, indicando que o retorno excedente não superou o benchmark (CDI) na primeira semana de operação. Este comportamento é técnico e esperado para fundos de fluxo em fase inicial de alocação.

Na quantificação do Valor de Risco, utilizamos o VaR (Indicador de risco que estima a perda potencial máxima de um investimento para um período – Value At Risk). Notamos na tabela que a volatilidade do fundo é bem menor do CDI reforçando o caráter "Soberano" do fundo, indicando uma carteira composta por ativos de baixíssima volatilidade (provavelmente Tesouro Selic/LFTs) e risco de mercado muito reduzido.

Desse modo, a combinação de um VaR tão baixo confirma que o fundo prioriza a preservação de capital e a liquidez, mantendo uma oscilação mínima no valor das cotas.

Quanto as questões legais o encontram-se em total conformidade com a **Resolução CMN nº 5.272/2025**, estando plenamente habilitado para receber aportes dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Sua estrutura atende aos critérios de solvência e segurança exigidos pela norma vigente.

Destaca-se que o gestor do RPPS deve estar ciente de que se trata de um ativo com foco prioritário em segurança, liquidez e estabilidade, sendo indicado principalmente para compor a parcela mais conservadora da carteira.

Diante desse contexto, manifestamo-nos favoráveis ao investimento no referido ativo, o qual apresenta taxa de administração compatível com sua proposta e perfil de risco. Ressalta-se, ainda, que o fundo não possui carência para resgates e que sua gestão busca, de forma consistente, retornos alinhados ao seu benchmark.

12 de fevereiro de 2026

Atenciosamente,

REFERENCIA
GESTAO E RISCO
LTDA:14261603
000151

Assinado de forma
digital por
REFERENCIA GESTAO
E RISCO
LTDA:1426160300015
1

Referência Gestão e Risco